15:45 Vo)) LTE 5G 63%

Opinião do GLOBO

Estudo soa alarme para devastação da Amazônia

Metade da floresta pode atingir ponto irreversível de destruição até 2050 — mas ainda há tempo de evitar o pior

Um novo estudo de um grupo internacional de 24 cientistas traça cenários dramáticos sobre o futuro da Amazônia. Na pior hipótese, o desmatamento e o aquecimento global levarão quase metade da floresta a um ponto de devastação irreversível — ou "ponto de não retorno", na tradução do inglês — até 2050. Liderada pelos pesquisadores Marina Hirota e Bernardo Flores, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a pesquisa, publicada na revista Nature, descarta a possibilidade de colapso total da floresta, pelo menos neste século. Mas faz soar o alarme: 47% da floresta poderá ficar exposta a distúrbios climáticos. Será o fim da Amazônia como conhecemos, com impacto no regime de chuvas, no clima do continente, além de efeitos incontornáveis no agronegócio e noutros setores da economia.

É um alento que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, tenha conseguido já em seu primeiro ano reverter a tendência destrutiva da gestão Jair Bolsonaro. A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal caiu 22% entre 2022 e 2023, segundo dados do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os alertas de perda de vegetação caíram à metade. Mas será preciso andar mais rápido para evitar o pior. Em entrevista ao GLOBO, Flores declarou ser imprescindível atingir metas ambiciosas em duas frentes para garantir a saúde da Amazônia. No âmbito nacional, acabar com o desmatamento até 2030, como prometido pelo governo. Em escala global, zerar as emissões dos gases de efeito estufa até 2050.

Intitulada "Transições críticas no sistema da Floresta Amazônica", a pesquisa é a análise mais completa já feita sobre a devastação irreversível, hipótese apresentada há mais de duas décadas pelo climatologista Carlos Nobre, também coautor do novo estudo. Seu foco são fatores que regulam o estresse hídrico, como histórico de chuva anual, duração da estação seca e desmatamento. Para calibrar as projeções, os cientistas usaram estimativas de quanto a Amazônia deverá esquentar devido ao aquecimento global. Em seguida, determinaram as áreas em que a água disponível permitirá a manutenção da cobertura de vegetação atual.

Abaixo de um intervalo entre 1.000mm e 1.250mm de chuva por ano, a floresta é inviável. "A suscetibilidade varia nos diferentes ecossistemas amazônicos", diz Marina Hirota. "Não é que as árvores morrerão de uma vez, mas começarão um processo de degeneração, que não tem volta porque se retroalimenta." As regiões de maior risco estão no leste do Amazonas, no oeste do Pará, no sul de Roraima e no norte de Mato Grosso. Nas áreas já degradadas é urgente restaurar a mata nativa.

Salvar a Amazônia deve ser uma política de Estado inegociável. Ela armazena entre 360 bilhões e 730 bilhões de toneladas de carbono, quase 30 vezes as emissões anuais do maior poluidor mundial, a China. Mais de 3 milhões de espécies vivem na região, responsável por 10% da biodiversidade global e hábitat para um terço das árvores tropicais. Garantir a sobrevivência da floresta e o bem-estar dos 40 milhões de brasileiros que vivem por lá é um dos principais desafios do país. Mais de 15% dela já foi derrubada. Mas é possível recuperá-la com políticas determinadas de combate ao desmatamento e restauração da mata. Só não pode haver espaço para negacionismo e negligência.

Regulamentação estadual das bets deveria esperar diretrizes federais

Ao encarar mercado de apostas como mera fonte de arrecadação, estados arriscam gerar confusão regulatória

Após debates intensos no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no fim do ano passado a lei que regulamenta as apostas em que o jogador tenta prever resultados de eventos sabendo quanto ganhará caso acerte — tecnicamente classificadas como "de cota fixa". A regulamentação das empresas que oferecem tais apostas, chamadas bets, era necessária para disciplinar um mercado que, a despeito do crescimento, ainda era tratado com preconceito.

A regulamentação traz várias vantagens. Primeiro, fixa normas para um mercado que vivia no limbo. Segundo, permite que o Estado passe a arrecadar com a atividade (a lei determina outorga de R$ 30 milhões e taxação de 12% sobre a renda das plataformas). Já neste ano, o governo federal prevê receber R$ 10 bilhões, valor que deverá aumentar no futuro. Parte do que for arrecadado será destinada às áreas de educação, segurança pública, esporte, turismo, seguridade social e saúde (para mitigar danos do vício em jogos).

Não era difícil prever que esse mercado promissor despertaria cobiça. É o que está acontecendo. Como mostrou O GLOBO, antes mesmo de o governo federal concluir a regulamentação, estados correm para criar suas próprias regras. Rio de Janeiro e Paraná definiram valores para o pagamento de outorgas e estipularam percentuais sobre a receita inferiores ao previsto na legislação federal. O Ministério da Fazenda tenta, como as mencionadas pelo Ministério da Fazenda (auditoria, propaganda e inscrição das bets).

Outro ponto crítico é coibir as fraudes. A tramitação da lei ganhou fôlego depois que eclodiu o escândalo de jogadores que recebiam propina para cometer pênaltis ou levar cartões, de modo a favorecer apostas fraudulentas. O esquema mostrou que o mercado precisava de regras para atribuir responsabilidades e estabelecer punições nesses casos. Evidentemente, a arrecadação é importante, mas é só parte da questão. O risco é a lei se transformar apenas num instrumento de alívio aos cofres da União e dos estados.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Segurança mínima

A crise deflagrada a partir da fuga de dois presos de uma das principais facções criminosas de um presídio federal que, em tese, era de segurança máxima é de proporções bem maiores que as sugeridas pelas primeiras providências do Ministério da Justiça e pelas declarações ligeiras do ministro Ricardo Lewandowski.

Desde que o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal foi designado por Lula para substituir Flávio Dino na pasta que é o centro nervoso do governo, já se sabia que a segurança pública era, a um só tempo, a área mais sensível e aquela com que o indicado tinha menos familiaridade. Ele, aliás, reconheceu os dois lados da moeda nas declarações que deu e levou em conta a dificuldade específica quando montou sua equipe, preferindo convidar alguém com experiência na prática de combate ao crime organizado para a Secretaria de Segurança Pública, e não um acadêmico defensor das teses tradicionais da esquerda para o tema.

Ele não esperava que a primeira crise viesse do sistema federal de presídios, que, desde seu estabelecimento, em 2006, não havia sido devassado por fugas, rebeliões ou infiltrações comuns a outras prisões tomadas pelas facções. Mas foi de lá que veio o tiro, e a evidência de que essas instituições são mais vulneráveis do que se imaginava faz soar um alerta sobre a possibilidade de as organizações tentarem novas investidas, até mais ousadas.

É justamente por a fuga dos dois presos oriundos da carnificina ocorrida no ano passado num presídio no Acre ser um precedente gravíssimo que as explicações de Lewandowski não são nem de longe satisfatórias. O ministro não dispõe de nenhum elemento fático para afastar a hipótese de que a fuga dos presos tenha contado com premeditação, planejamento externo ou grandes quantias de dinheiro, como fez.

O ministro não dispõe de nenhum elemento para afastar a hipótese de que a fuga dos presos tenha contado com premeditação

O que explicaria, não fossem justamente essas circunstâncias, os dois, presos em celas individuais, submetidos ao regime disciplinar mais duro, terem escapado no mesmo horário, usando ferramentas que nunca poderiam estar à sua disposição?

Lewandowski procurou usar o fato de os fugitivos não terem contado com um cinematográfico esquema de fuga com carros para sustentar a tese de que não houve infiltração da facção a que pertencem na fuga. Mas nem o resultado da perícia estava disponível quando de sua entrevista breve, em que demonstrou o desconforto de tatear numa área que não é a sua e usou oratória muito semelhante à que empregava para proferir os votos no STF.

A coincidência da fuga inédita com a ausência de Lula do país em razão de uma agenda internacional também cai como uma luva para o intento da oposição de fustigar o governo federal no tema que lhe é mais desfavorável, a segurança, e, de quebra, tentar equilibrar o noticiário e o tráfego dos assuntos nas redes sociais, nas últimas semanas tomados pela sucessão de revelações a respeito dos planos golpistas do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados.

Lewandowski terá de apertar alguns parafusos e demonstrar mais garra e empenho na resolução de uma fuga que pode fazer com que um dos poucos trunfos de que o governo federal dispõe no debate sobre o combate ao crime organizado, justamente a robustez do sistema carcerário federal, caia por terra.

Medidas como as que ele anunciou ontem — reforço de pessoal, adoção de técnicas mais modernas de reconhecimento facial para acesso aos presídios e construção de uma muralha — denotam certo desespero na busca por ter o que dizer quando faltam respostas mais prementes e diretas.

Afinal, quase 48 horas depois, os foragidos não haviam sido recapturados, o que deixa a crise fermentando e contribui para a sensação, por parte da sociedade, de que as autoridades estão perdidas nas buscas e na apuração das circunstâncias da fuga.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Visser da, Fábiola Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - cgoulart@oglobo.com.br
Arte e Qualidade: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavalcanti - veracavalcanti@oglobo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - walterc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO sem sair de casa, acesse para venda avulsa@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
CARBON FREE